

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO EM SERVIÇO

SECTOR DE RECORTES DE IMPRENSA

# ESCOLA DE EDUCAÇÃO DO PORTO

## - O AMBIENTE É DE MAL-ESTAR

• Quais os objectivos da formação em serviço? — interrogam os formandos

É de um certo mal-estar o ambiente que actualmente se vive na Escola Superior de Educação do Porto (ESEP). De acordo com informações que chegaram até nós, os professores formandos têm vindo a contestar, num crescendo de críticas, tanto o processo de formação em serviço em que estão enquadrados como a própria «coordenadora de um processo que se diz de formação».

Contestando o Decreto-Lei 405/86, de 5 de Dezembro, «um decreto que reinete para outro que há-de vir (virá?) os objectivos a atingir na formação», os formandos da ESEP dizem estar «na situação caricata» de terem

iniciado o seu processo de formação há cinco meses e de agora ter sido publicado um diploma que vem, em parte, alterar as coisas, não dando, todavia, uma resposta clara a uma pergunta central que os professores formandos fazem: que objectivos da formação em serviço?

«Entretanto, a máquina avança: ele há um Ministério incompetente, ele há 16 horas lectivas, ele há as análises sociais e as psicologias e as metodologias, ele há os seminários e os trabalhos e os livros e as aulas assistidas, ele há a escola e os mais de 100 alunos que conviria formar e avaliar, ele há os acompanhantes pedagógicos, únicos que nos têm acompanhado na nossa labuta diária e a quem já vão acusando de «tentabilidade qualitativa reduzida» — diz-se num documento que tem vindo a circular ultimamente na ESEP, assinado por um grupo de «cobalãs» em formação».

Por outro lado, os formandos acusam também de «falta de coesidade do processo de formação, que não se tem questionado muito sensível para os problemas dos cerca de 150 professores dos ensinos preparatório e secundário que estão enquadrados num processo de formação em serviço na ESEP.

Tanto assim é que os formandos estão dispostos a procurar outros interlocutores para os seus problemas, tendo já marcada para a próxima quarta-feira, às 14,30 horas, na sede da ESEP, uma reunião destinada a analisar a situação actual e a tentar possíveis soluções reivindicáveis. As que nos foi possível apurar, uma das principais reivindicações dos formandos pode apontar para o ajustamento

da actual coordenadora do processo de formação.

Entretanto, demonstrando estar «em cima» da questão, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN), ontem mesmo, dava publicamente conta da convocação de um «plenário regional do Norte dos professores a efectuar a sua formação em serviços», a realizar hoje, às 15 horas, na sede da Junta de Freguesia do Bonfim, no Porto. Nesta reunião é muito provável que venham a participar grande parte dos formandos da ESEP, mas também de outras instituições do género, como o CIPOP da Universidade do Minho, cujos professores formandos acabam de tornar pública a sua discordância em relação ao Decreto-Lei 405/86, solicitando aos grupos parlamentares a ratificação do diploma na Assembleia da República.

Citado pela agência «Lusa», o SPN/Braga defendeu ontem ser necessário que o Ministério da Educação adopte medidas que «permitam corrigir, de imediato, as situações graves que se deparam àquelas que se encontram a realizar a formação em serviço».

Os professores formandos pretendem a redução de tempo de formação para um ano e a abolição do exame final e dos exames finais das disciplinas da área das Ciências da Educação.

Mas os problemas relativos à profissionalização em serviço dos docentes dos ensinos preparatório e secundário não se ficam pelo continente. Ontem também, os formandos do 3.º S. Miguel (Açores) recusavam «qualquer avaliação anti-Citizenship de Educação», enquanto todos os respectivos grupos não tiveram acompanhamento de prática pedagógica.

Em comunicado ontem divulgado em Ponta Delgada, após terem reunido em plenário, os cerca de 50 docentes abrangidos pelo processo, sustentam, por outro lado, constituir «um contrassenso e uma violação da realidade actual» a alegada imposição de uma prova final de avaliação aos professores em formação em exercício».

O documento critica também «a forma desconexa,

deformada e mesmo ilegal como decorre o processo de formação dos professores nos Açores», ao referir que o processo envolve docentes com mais de cinco anos de serviço.

«Não podemos aceitar que um processo de formação pedagógica de professores decorra em moldes antipedagógicos só porque a Secretaria Regional da Educação e Cultura não é capaz de coordenar eficazmente as medidas necessárias previstas na lei» — diz o comunicado dos formandos açorianos, que consideram ainda «perfeitamente inaceitável que alguns dos professores formandos sejam obrigados a prejudicar a sua actividade docente por razões inerentes ao processo de formação».

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Política - Professores  
Escola sup. Ed. Porto

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

